

PROPOSTAS FIRJAN PARA UM Brasil 4.0



ESFERA MUNICIPAL | OUT. 2024

Propostas para
alavancar a indústria
fluminense e promover o
crescimento econômico
do estado do Rio.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
F293p Propostas Firjan para um Brasil 4.0 : esfera municipal : Sul Fluminense 2025-2028. / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2024.
9 p. : il., color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Produtividade industrial.
3. Indústria fluminense. 4. Rio de Janeiro. I. Título.

CDD 338.98153



OUT. 2024

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 12º andar
Centro, Rio de Janeiro
presidencia@firjan.com.br

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Luiz César Caetano

1º Vice-presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

2º Vice-presidente Firjan

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

1º Vice-presidente CIRJ

Isadora Landau Remy

2º Vice-presidente CIRJ

Antonio Carlos Vilela

Presidente da Firjan Sul Fluminense

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

Vice-presidente da Firjan Sul Fluminense

Antonio Carlos Vilela

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

Adriana Torres

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa (Interino)

Luis Augusto Azevedo

Diretor de Educação e Cultura

Vinícius Cardoso

CONTEÚDO TÉCNICO

GERÊNCIA-GERAL DE COMPETITIVIDADE

Gerente-geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

Coordenadora de Suporte à Competitividade Empresarial

Júlia Nicolau Butter

Equipe Técnica

Taíssa Farias Soffiatti

Vitor Amaral de Pinho

Arthur Calaça Leiros

Gustavo Rocha Titonelli da Silva

PROJETO GRÁFICO

GERÊNCIA-GERAL DE REPUTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Gerente-geral de Reputação e Comunicação

Karla de Melo

Gerente de Comunicação Corporativa e Eventos

Amanda Zarife

Gerente de Publicidade e Marca

Fernanda Marino

Coordenadora de Criação e Produção Audiovisual

Danielle Pascoalino

Equipe Técnica

Margareth Moreira

Pelo desenvolvimento regional

Em 2022, a Firjan lançou a Agenda de Propostas para um Brasil 4.0, contendo pautas empresariais fluminenses nas esferas federal e estadual. São propostas que visam alavancar a produtividade da indústria e promover o crescimento econômico do Rio de Janeiro e do Brasil. Mundialmente, o bom desempenho das economias mais fortes está intrinsecamente relacionado à elevada competitividade empresarial. O aumento da produtividade, portanto, é condição *sine qua non* para o crescimento econômico.

Ao mesmo tempo em que depende de uma gestão corporativa eficiente, a produtividade dos fatores das empresas requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia.

Os desafios para a elevação da produtividade são observados em todas as esferas. Diante das eleições que definirão os gestores municipais para o período

2025-2028, a federação conduziu uma atualização das pautas empresariais para as prefeituras fluminenses, organizadas regionalmente. Ao todo são dez regiões: Duque de Caxias e Região, Capital, Centro-Norte, Centro-Sul, Leste, Nova Iguaçu e Região, Noroeste, Norte, Serrana e Sul.

Partindo das Agendas Regionais Municipais 2021-2024, foram conduzidos debates com cerca de 200 empresas dos Conselhos Regionais da Firjan de todas as regiões do estado a respeito dos temas críticos para o desenvolvimento socioeconômico.

O presente documento tem por objetivo apoiar os próximos gestores municipais na identificação das prioridades para o desenvolvimento da Região Sul Fluminense a partir do fomento à competitividade e à produtividade da indústria fluminense.

A Região Sul Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Angra dos Reis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Paraty, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.



Propostas prioritárias para a Região Sul Fluminense

As propostas priorizadas pelo Conselho Empresarial da Região Sul Fluminense foram organizadas segundo os pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0, apresentados a seguir.

Pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0

Ambiente de negócios	Infraestrutura	Capital humano	Eficiência do estado
Facilidade para abrir/operar uma empresa	Energia elétrica	Educação básica	Reforma administrativa
Acesso a crédito	Mobilidade urbana	Formação profissional	Segurança institucional e jurídica
Sistema tributário	Logística	Legislação trabalhista	Gestão pública
Comércio exterior	Telecomunicações	Saúde do trabalhador	
Segurança pública	Petróleo e gás		
Inovação	Ordenamento urbano		
Sustentabilidade (economia circular, reciclagem, mercado de carbono, ODS, investimento social)			

Nas seções seguintes são apontadas as propostas priorizadas, majoritariamente relacionadas a ambiente de negócios e infraestrutura.

Segurança pública

A segurança pública é um importante desafio em todo o estado do Rio de Janeiro. Além do imensurável custo humano, a insegurança gera prejuízos enormes para toda a sociedade. Em 2021, o estado registrou uma média de 12 roubos de carga por dia (4.521 no ano),¹ crime que, junto com a falsificação de produtos e a importação de produtos piratas, sustenta o mercado ilegal.² Segundo estimativa do *World Trade Review*,³ 73% dos brasileiros consomem produtos piratas anualmente. Considerando que o Rio de Janeiro possui a segunda maior economia e o terceiro maior mercado consumidor do país, é um número alarmante. Dessa forma, é

evidente que o país demanda esforços para melhorar as condições de segurança pública em todos os níveis de governo. As prefeituras são agentes importantes no combate à comercialização de produtos do mercado ilegal e na interlocução com o governo estadual para melhoria da segurança pública.

O Sul Fluminense tem avançado nos pleitos de segurança pública e na articulação entre o setor público, forças policiais, empresários e população. Essa sinergia e trabalho conjunto precisam ser mantidos para garantir a continuidade da redução da criminalidade em todos os municípios da região.

Proposta 1 - Atuar junto ao governo estadual para melhoria das condições de segurança pública, com foco em inibir o roubo de cargas, o furto de cabos e aumentar o policiamento nas áreas industriais.

4 Facilidade para abrir/operar uma empresa

Desde a criação do Comitê Gestor de Registro Empresarial Integrado (Cogire), os processos de abertura e licenciamento de empresas vêm sendo simplificados com a integração dos órgãos estaduais e municípios do Rio de Janeiro ao Sistema de Registro Integrado (Regin). Coordenado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) e envolve atuação da Receita Federal, Secretaria Estadual de Fazenda, Corpo de Bombeiros, Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Vigilância Sanitária e prefeituras.

A criação do Inea também representou um significativo avanço, entre outras medidas adotadas na última década. Resultando na introdução de novas legislações

que facilitam, beneficiam e expandem o acesso das empresas, principalmente as pequenas, a novos mercados, a linhas de crédito e à informação qualificada. Além disso, é essencial que as prefeituras da região adotem o programa Licença 4.0, que busca reduzir o prazo entre a solicitação e a concessão de licenciamentos para o início das obras de construção, de modo a tornar todo o processo mais eficiente e célere, gerando benefícios para as empresas, prefeituras e população.

Em complemento às iniciativas para desburocratização do ambiente de negócios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Federal nº 123/2006)⁴ representou um importante avanço ao introduzir o Simples Nacional,

¹ Acesse a publicação da Firjan "Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro" (2024), em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-impacto-economico-do-roubo-de-cargas-no-estado-do-rio-de-janeiro-1.htm>.

² Acesse a publicação da Firjan "Brasil ilegal em números" (2024), em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/combate-ao-brasil-ilegal-1.htm>.

³ Acesse as estatísticas da World Trade Organization, em https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/publications_e.htm.

⁴ Acesse a Lei Complementar nº 123/2006, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

bem como simplificar processos e estabelecer mecanismos de preferência para pequenas empresas em compras governamentais. É preciso, contudo, avançar

na sua regulamentação e efetiva aplicação em nível municipal.

Proposta 2 - Desburocratizar os procedimentos de licenciamento ambiental a cargo dos municípios e investir na qualificação dos servidores municipais.

Sustentabilidade

O compromisso com a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, a descarbonização da economia e a prevenção de eventos climáticos deve ser um direcionador para os governos, incluindo as prefeituras. A concessão da Cedae realizada pelo governo estadual, em 2021, representou um importante marco para viabilizar a melhoria dos serviços de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro. Os municípios de Paraty e Resende já possuíam serviço de saneamento concedido e, com isso, não aderiram ao processo de concessão da Cedae. Em Barra Mansa, Mendes, Porto Real, Quatis, Rio das Flores e Volta Redonda foram mantidas as prefeituras municipais ou os serviços autônomos como responsáveis por seu abastecimento de água e coleta de esgoto. Os municípios de Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Rio Claro e Vassouras, que eram atendidos exclusivamente pela Cedae, aderiram ao processo e foram incluídos nos blocos 3, concedido ao grupo Águas do Brasil (Rio + Saneamento). Já os municípios de Angra dos Reis, Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin e Valença mantiveram a Cedae no fornecimento de água e suas prefeituras responsáveis pela destinação do esgoto. Além da concessão da Cedae, o programa estadual de

investimentos Pacto RJ⁵ prevê a aplicação de R\$ 1,32 bilhão em gestão ambiental em todo o estado do Rio de Janeiro.

Em 2022, foram investidos mais de R\$ 67 milhões nos serviços de saneamento de toda a região. Fato que resultou, na região, o percentual de abastecimento de água próximo de 95% (superior aos 89% da média estadual), serviços de coleta em torno de 75% (superior à média estadual que é de 65%) e tratamento de esgoto próximo de 20% (bastante inferior à média estadual que está em 53%). Além disso, existem projetos em estudo para a concessão dos serviços de saneamento de Angra dos Reis e Volta Redonda, ambos realizados pelo Programa de Parcerias para Investimento (PPI), do governo federal.

Ainda em gestão ambiental, um tema que merece atuação direta das prefeituras é a coleta e a destinação adequada de resíduos urbanos e industriais. Esse permanece sendo um grande desafio a ser vencido em diversos municípios da Região Sul Fluminense. Nesse sentido, o *Mapeamento dos Fluxos de Resíduos Pós-Consumo*,⁶ realizado pela Firjan, identificou que no estado do Rio de Janeiro são gerados aproximadamente 7,5 mi-

⁵ O Pacto RJ surgiu, em 2022, com o objetivo de dar transparência à sociedade fluminense no processo de retomada dos investimentos públicos pelo estado. Para isso, foi desenvolvida uma plataforma digital, que permite o acesso direto às informações a respeito do ciclo de vida dos projetos incluídos na carteira de investimento, englobando desde a sua concepção até a finalização da obra pública. A plataforma do Pacto RJ reúne todo o conjunto de dados em *dashboards* atualizados e intuitivos, visando ao acompanhamento dos projetos de forma clara e simples para todos os cidadãos. Acesse o portal, em www.pacto.rj.gov.br.

⁶ Acesse a publicação da Firjan *Mapeamento dos Resíduos Pós-consumo no estado do Rio de Janeiro* (2023), em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/mapeamento-dos-fluxos-de-reciclaeis-pos-consumo-no-estado-do-rio-de-janeiro.htm>.

lhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos anuais. Além disso, o estudo apontou que o estado enterra, por ano, R\$ 2 bilhões em resíduos que poderiam ser recicla-

dos. Caso fossem reciclados, poderiam movimentar a economia com a geração de 31,9 mil novos empregos e mais de R\$ 9 bilhões em renda.

Proposta 3 - Adesão de todos os municípios da região à concessão da Cedae, visando melhorar a gestão do serviço pela iniciativa privada.

Infraestrutura

Ordenamento urbano

O planejamento territorial é essencial para que os municípios potencializem o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A adequada ocupação do solo por meio da definição da destinação das diversas áreas circunscritas ao município permite à prefeitura investir na infraestrutura necessária para a finalidade de cada uma delas.

Nesse sentido, os planos diretores são importantes instrumentos para orientar e ordenar a ocupação das áreas disponíveis. Na Região Sul Fluminense todos os municípios possuem planos diretores, com criação original entre 2001 e 2017. Os municípios de Angra dos Reis, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Paraty, Pinheiral, Resende, Valença, Vassouras e Volta

Redonda já realizaram revisões em seus planos ou estão nesse processo para mantê-los atualizados. Municípios como Quatis e Rio Claro, apesar de não terem atualizado seus planos, ainda estão dentro do período de vigência (dez anos). Já os municípios de Barra do Piraí, Mendes, Piraí, Porto Real e Rio das Flores possuem planos elaborados há mais de dez anos, o que indica que precisam iniciar o processo de atualização.

Além disso, em 2023, foi anunciado, pelo governo do Rio de Janeiro, um investimento de R\$ 400 milhões destinado à reforma de dez condomínios industriais e à construção de novos polos industriais pelo estado, incluindo os distritos dos municípios de Barra Mansa e Valença.

Proposta 4 - Cumprir e manter atualizados os planos diretores municipais, assegurando a preservação de áreas destinadas à instalação industrial.

Proposta 5 - Impedir e fiscalizar a ocupação irregular, em especial nas áreas/distritos industriais e seus entornos.

Proposta 6 - Melhorar a formalização e a gestão das áreas industriais consolidadas como distritos e condomínios industriais regulamentados, nos moldes da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin).

Logística e mobilidade

O estado do Rio de Janeiro conta com uma localização privilegiada no país e as principais rodovias federais cortam o seu território. Porém, para isso se tornar um fator de atratividade e competitividade, é preciso impulsionar os investimentos em infraestrutura, com o intuito de torná-la cada vez mais eficiente. Nesse sentido o estado do Rio de Janeiro tem contado com programas que possibilitam a aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura espalhadas por todo o estado, como o PAC⁷ e o Pacto RJ. O Pacto RJ tem viabilizado a realização de obras de infraestrutura e de mobilidade em diversos municípios da Região Sul Fluminense.

Em 2021, a Firjan publicou o documento *Rio Canteiro de Obras*,⁸ destacando obras de infraestrutura prioritárias para o estado, que foram majoritariamente incorporadas ao Pacto RJ. Entre elas, a adequação de acesso às indústrias do Cluster Automotivo do Sul Fluminense. Além dos investimentos sinalizados pela região como prioritários, que são: a ponte de ligação dos polos industriais Nissan – Volkswagen/Stellantis, o recapeamento das estradas de acesso ao polo industrial Volkswagen/Stellantis, a ampliação do acesso para as fábricas na Avenida Renato Monteiro, em Porto Real e as melhorias nas rodovias RJ-143 e RJ-153.

Em âmbito municipal, existem importantes iniciativas e projetos que visam melhorar a mobilidade urbana e a logística dos municípios fluminenses, como o Plano de Mobilidade.

O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) é uma obrigação prevista na Política Nacional de Mobilidade Urbana que viabiliza as prefeituras pleitearem recursos federais para a realização de intervenções que melhoram a mobilidade. Os municípios com população superior a 20 mil

habitantes precisam apresentar os PMUs contendo as obras de mobilidade urbana previstas para os próximos dez anos, de modo a serem habilitados a receber os recursos federais para financiar a realização das intervenções. A Medida Provisória nº 1.179/2023⁹ prorrogou o prazo para elaboração dos PMUs: a data ficou em 12 de abril de 2024, para cidades com mais de 250 mil habitantes, e 12 de abril de 2025, para cidades com até 250 mil habitantes.

Nesse contexto, os municípios de Barra Mansa, Resende, Vassouras e Volta Redonda possuem Planos Municipais de Mobilidade Urbana ou documento similar, todos com menos de dez anos de criação. Em Angra dos Reis, Barra do Piraí, Itatiaia e Valença o processo de elaboração de seus planos está em andamento, porém não há previsão de conclusão. Em 2023, a prefeitura de Barra do Piraí recebeu uma recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para atuar na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana da cidade. Os demais municípios da região não possuem documentos com o registro de planejamento da mobilidade urbana.

No que tange à modernização e melhoria do serviço de transporte público nos municípios da região, nota-se uma tendência de concessão de subsídio. Alguns dos municípios que possuem iniciativas registradas neste sentido são: Barra Mansa, Mendes, Pinheiral e Vassouras. Há, ainda, um projeto na Alerj, propondo que a área de atuação do Bilhete Único Intermunicipal seja expandida, incluindo a Região Médio Paraíba (Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda), com o objetivo de reduzir o gasto com transporte da população nessa região.

⁷ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que está em sua terceira versão, tem o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa possui um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos ao crescimento. O novo PAC terá como principal desafio o aumento do índice de conclusão das obras, que na primeira versão ficou abaixo de 10% e na segunda versão chegou em 25%. Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026.

⁸ Acesse a publicação da Firjan *Rio Canteiro de Obras*, em <https://firjan.com.br/data/files/5F/93/1C/81/A4BF971053F67D97A8A809C2/Rio%20Canteiro%20de%20Obras.pdf>.

⁹ Acesse a Medida Provisória nº 1179/2023, em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/158690>.

Outro ponto importante é a adesão das prefeituras ao programa Calçadas Acessíveis, que visa tornar o calçamento das cidades mais acessível, seguindo normas técnicas para inclusão, qualidade de vida e otimização dos deslocamentos. Esse programa foi instituído por meio do Decreto nº 694/2021, em parceria com a Firjan.

Em concessões, o projeto rodoviário Rio-São Paulo foi assumido pela concessionária CCR, com operação nos trechos da BR-116 e BR-101. De acordo com o Programa de Exploração da Rodovia, documento que determina os investimentos a serem realizados e o período em que devem ocorrer, a BR-116 deve receber 13 obras de retorno/rotatórias e nove de interseção nos trechos que per-

tencem aos municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pirai, Porto Real, Resende e Volta Redonda; enquanto, na BR-101 serão realizadas obras de duplicação e interseções/retornos. Estão incluídas nesses projetos, as melhorias de acessos nas proximidades da Ambev em Pirai (entre março de 2027 e março de 2031) e nas áreas industriais e ZEN em Barra Mansa e em Porto Real (entre março de 2027 e março de 2031), bem como as obras de construção da nova pista de subida da Serra das Araras (até março de 2028), da futura pista de descida (até março de 2029), de 92 km de faixas adicionais, de 28 km de vias marginais e de 22 interseções/retornos.

Proposta 7 - Adesão de todos os municípios da região ao programa Calçadas Acessíveis, oferecido pela Firjan, visando à adequação do calçamento das ruas.

Proposta 8 - Promover a melhora da mobilidade urbana, por meio da modernização das frotas existentes e da operacionalização de outros modais, como ferroviário, VLT, entre outros, entre os municípios da região.

Proposta 9 - Realizar um plano de contingência da Dutra, junto à CCR, durante as obras da BR-116 para o uso das estradas vicinais como alternativa do fluxo de cargas enquanto durarem as intervenções.

Energia elétrica

A qualidade da energia é fundamental para a manutenção da produtividade industrial, para isso é preciso realizar avaliações quanto à necessidade de obras estruturais e de modernização da rede de energia na região, além de elaborar um plano estratégico com metas, objetivos e prazos. As empresas localizadas na Região Sul Fluminense relatam, com frequência, ocorrências de oscilações, picos e interrupções no fornecimento de energia. Medidas mais emergenciais de curto prazo já podem ser tomadas e constar no radar dos órgãos públicos responsáveis, como a realização periódica de podas preventivas na vegetação, o que evitaria muitas

das ocorrências de falhas no abastecimento de energia. Garantir uma boa articulação entre prefeituras, secretarias e distribuidoras de energia é essencial para se alcançar resultados positivos nos pleitos de melhoria no fornecimento de energia elétrica. Essa sinergia possibilitará a realização do cronograma de podas, a avaliação de melhorias na infraestrutura atual e a estruturação de estudos para a modernização das redes. A eficiência do serviço de fornecimento de energia elétrica beneficiará não só o setor produtivo e seus distritos industriais, mas também toda a população da região.

Proposta 10 - Realizar podas preventivas de modo a contribuir para a estabilidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente, nas áreas de concentração industrial.

Proposta 11 - Atuar junto às concessionárias para ampliar a carga no fornecimento de energia elétrica nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais, por meio da interlocução com as concessionárias.

Educação

O mercado e a indústria estão em constante movimento, abraçando novos processos e tecnologias, e o cenário de mudanças coloca desafios permanentes na formação de profissionais. As transformações nos arranjos e processos produtivos são bastante profundas, com a influência de novas concepções e de uma evolução tecnológica sem precedentes. A inovação e a transformação digital tornam-se imprescindíveis para a competitividade e produtividade das empresas.

Dessa forma, a tendência da chamada indústria 4.0 são fábricas inteligentes, que provocam o aumento da flexibilidade, velocidade, produtividade e qualidade dos produtos e processos. Ao passo que demandam uma grande mudança no perfil dos trabalhadores da indústria, com a tendência de automatização de todo trabalho repetitivo, diminuição das funções operacionais e aumento da demanda por profissionais com no mínimo uma formação técnica de nível médio para atuarem no

monitoramento de processos e dados dos sistemas de produção.

Nesse sentido, a Lei nº 14.315/2017, ratificou a perspectiva de integralização do ensino médio, estabelecendo a possibilidade de associação da formação geral com itinerários de área de conhecimento (linguagens; matemática financeira; ciências da natureza e ciências humanas e sociais) ou de formação técnica e profissional. A oferta da referida formação técnica e profissional pode ser realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, como as escolas Firjan SESI e Firjan SENAI. Para essa interseção e complementação de ensino alcançar todas as escolas, principalmente as escolas públicas, é necessário que os órgãos públicos competentes e os gestores públicos atuem conjuntamente para promover as mudanças e os avanços no ensino básico, técnico e profissional na Região Sul Fluminense.

Proposta 12 - Desenvolver e ampliar parcerias com o SESI e o SENAI para melhorar a qualidade de ensino na região.



firjan.com.br/brasilquatropontozero

